

Apontamentos sobre a cidade do Marechal: a denominação da capital catarinense no alvorecer republicano

Mateus Pinho Bernardes

ciclopemiope@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: este artigo aborda a polêmica sobre a denominação da capital catarinense emergente a partir do final da Ditadura Militar e reitera o caráter que seu processo de alteração abarcou. A denominação desta cidade não se limitou a simples homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, nem tampouco unicamente a imputar à cidade o nome deste, mas integrou um programa maior de legitimação do novo regime. A falta de conhecimento histórico deste e de outros fatores alijou os grupos que polarizaram o debate a desenvolvê-lo de maneira mais elaborada. Não obstante, a população – mesmo que referenciada nesse embate – permaneceu à margem deste, sem saber o porquê do nome.

Palavras-chave: Florianópolis; República; Ideologia; Memória Coletiva

Abstract: this article approaches the polemic about the denomination of the *catarinense* capital, emerging within the end of Military Dictatorship and reaffirms the principal feature about the alteration process. The domination of this town wasn't limited as a simple honor to Marechal Floriano Peixoto, nor only to give the city his name, but was a part of a larger program of the legitimization of the new regime. The lack of historical knowledge and other factors prevented the groups whom polarized the debate to develop it a more elaborate way. However, the population – even thought was referenced in this shock – stayed outside of this, without knowing the reasons and wherefores of the name.

Keywords: Florianópolis; Republic; Ideology; Collective memory

Notes about the city of the Marshall: the denomination of the catarinense capital in the dawn Republican

Florianópolis significa cidade de Floriano, imortal cidadão, e ainda mais a República brasileira. Só este nome pode substituir aquele, a fim de varrer da mente catarinense a idéia monárquica, consubstanciada na palavra Desterro [...].¹

[...] o tal nome, semelhante a um escarro cuspidado em nossa capital, bateu na lâmina limpa de sua cútis, escorreu para baixo e veio emporcalhar aquele que o cuspira.²

Postergada a um segundo plano, a região que constitui o território catarinense obteve um papel secundário e normalmente inexpressivo na formação histórica brasileira. Fruto de

¹ VIDAL, Genuíno. *Jornal A República*, Desterro, 10 de julho de 1894.



uma colonização tardia – quando em relação com outros pólos – e aparte da política econômica firmada pela coroa lusitana, a inicial atenção dedicada a ela foi com vistas a suas favoráveis condições geográficas ao aporte marítimo; como guarnição estratégica frente à belicosa coroa espanhola e, mais tarde, como apêndice à manutenção de algum dos vultosos ciclos econômicos existentes.³ Juntamente com a singular forma de povoamento, cuja economia fora estruturada – pequena propriedade, mão-de-obra familiar, de subsistência –, o desenvolvimento local fez-se em um processo paralelo e estranho às demais regiões do país.

Do mesmo modo – e por extensão do aspecto econômico – a sede da capital catarinense manteve-se – tal qual sua condição físico-geográfica – “de fora” da esfera política a nível nacional.⁴ Podemos, no entanto, observar de contrapartida ao exposto, tomando dois períodos de transição de regimes políticos, a saber: o término da chamada Primeira República e o advento da Ditadura Militar. Além de descaracterizarem a inércia da postura política do estado, tais períodos abrigam, de diferentes modos, a questão da identificação da ilha, quando convergem para o tema de sua denominação. É nessa problemática que nos deteremos nesse escrito.

Por questão de espaço, somos forçados a reorientar a intenção inicial de nossa análise e limitá-la tão somente ao primeiro dos períodos citados. Vale mencionar que enquanto neste período temos a consolidação da República e a sanção do novo nome – Florianópolis –, no outro, numa das primeiras manifestações populares contra o regime militar – a Novembrada – há uma pragmática retomada do questionamento acerca dessa denominação.⁵

Nosso intuito é o de desvelar certos pontos – e alguns equívocos nestes – que invariavelmente emergem quando da discussão do assunto. Não tomamos o caráter não-consensual do tema como um aspecto negativo; mas inversamente, temos a perspectiva de que

² *Jornal O Estado*, 3 de julho de 1896.

³ “[...] os pontos da costa que não são suficiente favorecidos para que neles se instalasse a grande lavoura, mas aceitáveis para uma atividade de segunda ordem, se tornarão áreas de concentração da agricultura de subsistência. [...] Estas áreas são todas e quase exclusivamente, abastecedoras do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, em gêneros de subsistência.” PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 22^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.161. No que concerne a Santa Catarina, a função de abastecimento que teve maior destaque foi a de transporte de gado, pelos tropeiros. Essa atividade não era vinculada ao litoral, mas ao planalto serrano, e servia principalmente a região mineradora das Geraes.

⁴ Referimos-nos mais especificamente à colonização do litoral e as proporções que tomaram os embates políticos que *normalmente* (como escrito) não adquirem magnitudes extra-regionais. Certamente, a título de exemplo, a importância de um episódio como a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916), é exceção ao proposto – ainda que sua significância tenha ficado por tanto tempo menosprezada.

⁵ Dentre as manifestações que convergiram no próprio episódio, o retorno da questão está vinculado à placa do então Presidente João Figueiredo em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, pela comemoração do nonagenário da Proclamação da República.



essa peculiaridade pode – e deve – ser explorada para uma contribuição ao debate; como um estímulo à reflexão sobre a história e, nesta, a identificação das pessoas. Por isso, nosso objetivo é assentar algumas bases, para que quando o conhecimento histórico for posto em ênfase e debate, ele não tenha por fundamento impropriedades históricas.

Para tal, faremos primeiramente um esboço das características em torno das quais se polarizaram os posicionamentos quanto ao topônimo da capital. Estas ganham formas mais definidas com a retomada do questionamento sobre o nome (houve uma espécie de vácuo por oitenta e cinco anos, nos quais parece não ter sido realizada importantes inferências ao tema)⁶; contudo, remetem à própria origem do processo da alteração, no início republicano. Desse modo, após observar, num primeiro momento, estas opiniões já postas e concretizadas, traçaremos o sentido inverso para situá-las no panorama da Primeira República, juntamente com seus pontos mais significativos, para assim obtermos uma maior apreensão sobre o problema.

Uma tipologia acerca dos posicionamentos sobre a denominação pode, grosso modo, ser justaposta em dois posicionamentos antagônicos: a manutenção e a substituição da denominação da cidade. A primeira, se situa na alegação de que esse questionamento é ultrapassado, inferindo que o nome Florianópolis já está consolidado e, portanto, não haveria porquê de se solicitar tal medida. Além da questão do custo que isso traria ao município, reiteram-se os problemas de identificação objetiva (das correspondências serem reendereçadas, da reelaboração de mapas, etc...) e subjetiva (a população nem associa mais o nome à homenagem ao marechal). Outra crítica parte da validade dessa proposição quando existem assuntos mais importantes a serem discutidos e sanados como expressa o historiador Walter Piazza: “Este tema é irrelevante hoje, quando o povo está passando fome”⁷.

⁶ Encontramos vagas menções sobre o tema na imprensa, divulgados como notas de periódicos. Um ponto característico desse questionamento, é que, exceto a inicial propaganda que informava a alteração, posteriormente a questão só fora levantada pelos seus críticos (a única manifestação que temos conhecimento contrária ao termo Florianópolis já na época da alteração, é do jornal “O Estado”, expoente do partido federalista – citada como segunda epígrafe do texto – que expressava além do descontentamento com a designação, a revolta por ter sido proibido de circular por dois anos). Isso em razão de que, logo da sanção do nome, e tendo em vista às execuções, possivelmente ninguém se sentiria muito a vontade – independente da motivação que tivesse – em questioná-lo. Já durante a Ditadura Militar, quando ressurge, uma das razões da escassez de passagens sobre o tema está relacionada a possibilidade da classificação de tais notas como “subversivas”, sendo portanto censuradas à publicação. As notas encontradas sobre o tema podem ser conferidas em: PORTO, Beatriz; LAGO, Fernanda (orgs.). *É tudo mentira: a história segundo Beto Stodieck*. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 1999. Passim p. 49, 105, 110 e 113.

⁷ LIMA, Jeferson. Um nome escrito a sangue. *Jornal A Notícia*. Florianópolis. 28 de julho de 2002. Santa Catarina. Caderno AN Capital. In: *Florianópolis*. Projeto de Decreto Legislativo n. 2126, de 7 de agosto de 2002. Dispõe sobre a realização de plebiscito sobre a escolha do nome da capital do Estado, hoje denominada município de Florianópolis. Lex: Florianópolis. Pasta de Projetos de Decretos Legislativos arquivados e



Já a segunda, formada pelos críticos, é sobretudo composta por aqueles que não concordam com a designação pela fato dela estar intimamente relacionada aos incidentes do fim do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil. Na ocasião, a ainda denominada Nossa Senhora do Desterro havia se tornado por sete meses sede do governo revolucionário, ao convergir os insurretos da Revolta da Armada (oriunda do Rio de Janeiro) e da Revolução Federalista (originária do Rio Grande do Sul). O desfecho do episódio foi a execução de vários dos opositores do governo legal na Ilha de Anhatomirim. O grande questionamento evocado é o de Floriano Peixoto ser homenageado com a associação de seu nome à cidade, mesmo tendo sido ele que indicara o responsável pela ordem dos fuzilamentos (o Coronel Moreira Cezar) a se instalar na ilha. Soma-se a isso, o fato das execuções serem sumárias e dos inocentes delatados receberem a mesma sentença.⁸ Para esse grupo, a reivindicação do assunto está na ordem do dia, pois consagrar o nome de uma personalidade que se relacionou diretamente com o ocorrido em Anhatomirim à cidade é inconcebível. O artista plástico e pesquisador da cultura açoriana Franklin Cascaes, quando questionado sobre o que faria na capital se tivesse alguma autoridade, afirmou que a primeira coisa – além do possível e do impossível para concretizá-la – seria o retorno do nome de Nossa Senhora do Desterro.⁹

Porém, o que se pode inquirir sobre o tema tomando sua origem histórica? Ou, dito de outro modo: em que medida a situação da Primeira República impele a questão da denominação da capital catarinense? É nesta indagação que por ora nos centraremos, abordando-a por meio de demais reflexões específicas.

Uma das principais questões é justamente sobre a alteração do nome de Nossa Senhora do Desterro. Estaria ela meramente reduzida a uma homenagem ao “marechal de ferro”, como meio de subjugar os contestadores do regime, penalizando a cidade e ao mesmo tempo “servindo de exemplo” como modelo do método empregado pelo governo para solucionar os conflitos políticos?

Certamente as execuções de Anhatomirim serviram como demonstração de força do Estado. Porém, isso não imputava o caráter defensivo deste, uma vez que essa não era propriamente uma escolha, mas uma condição: “Tal governo, apesar de efêmero apoio de uma

rejeitados. 1998 a 2004.

⁸ Uso aqui o termo “inocente” em referência aos indivíduos que não integravam ou não eram partidários dos federalistas, mas que mesmo assim acabaram sendo mortos. Na verdade, além de fuzilamentos, houveram enforcamentos.

⁹ CASCAES, Franklin. *Vida e arte e a colonização açoriana*. Florianópolis: UFSC, 1981. *Apud* MOELLMANN, Leatrice. *A obra inédita de Carlos de Faria e a Guerrilha Literária em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. p. 195.



parte das classes médias, somente poderia manter-se no poder pela *força das armas*".¹⁰

Independente do esforço do governo em demonstrar “a confluência de forças, a inevitabilidade do processo político e a superioridade do novo regime”¹¹, a pregação da estabilidade política não era nem mesmo de longe reflexo da situação concreta. O programa político-ideológico veiculado atuava muito mais como instrumento empregado para a legitimação do regime do que para efetivamente exprimir a veracidade da conjuntura.

Face às indefinições decorrentes de uma reorganização das funções das classes e frações de classes na sociedade, culminaram as pressões destas sobre o governo, visando à preservação de seus privilégios, e (cientes de algum modo de sua condição) se mobilizavam nesse sentido. O Estado julgou patente a adoção de medidas repressivas.¹² Essa prática foi de suma importância à efetiva implementação da República. No chamado “massacre de Anhatomirim”, se o Estado não eliminou o componente mais radical, ao menos conseguiu parte substancial de seus setores mais ameaçadores ou radicais.¹³ Não é por acaso que um dos cognomes a que ficou associado o Marechal Floriano Peixoto foi o de “consolidador da República”.

No entanto, a alteração do nome ser vinculada à pessoa do marechal não deve restringir o problema tão somente a esta perspectiva. Isso em virtude da questão – do nome e de seu reconhecimento – não ser específica dessa época.¹⁴ A primeira (referente ao nome em si) aponta para o fato de existirem outras denominações anteriores à “Nossa Senhora do Desterro: tendo em vista o prisma dos primeiros habitantes, os indígenas, a ilha teve por nome

¹⁰ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República. De 1889 a 1930*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 21.

¹¹ CHEREM, Rosângela Miranda. A Capital Catarinense e os Labirintos do Início Republicano. In: LINS, Hoyedo Nunes; SANTOS, Maurício Aurelio dos. *Ensaio sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p. 96.

¹² Este tem sido um recurso imperativo na sustentação do Estado em períodos de crise orgânica; quando da insuficiência em se estabelecer o consenso, apela-se à força, no intento de revigorar-se a “estabilização” da ordem. Aqui, a utilização estratégica entre força e consenso, cabe as antinomias gramscianas a partir de citações do historiador inglês Perry Anderson (cf. ANDERSON, Perry. Força e consenso. In: SADER, Emir (org.) *Contragolpes*. Seleção de artigos da New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 61-84). Neste artigo usamos mais especificamente as categorias de Louis Althusser acerca dos *aparelhos de Estado*, entretanto conservando o mesmo sentido. Assim, por exemplo, o “[...] aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia.” cf. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. p.70.

¹³ Muitos federalistas foram posteriormente reintegrados e assimilados na vida política. Inclusive pelo próprio Partido Republicano. (cf. PIAZZA, Walter. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.)

¹⁴ “A respeito da toponímia da costa catarinense, há [...] numerosas dúvidas e muitas controvérsias, devendo a paternidade de muitas denominações ser aceitas com as necessárias cautelas”. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987. p. 22. Esta ponderação deve ser mantida quanto às menções que serão feitas.



“Meiembipe”, que significa “lugar depois do grande rio” ou “montanha dentro do mar”¹⁵. Em 1514, o navegante Dom Nuno Manoel e Cristóvão de Haro a haviam chamado de “Ilha dos Patos”. Já “Ilha de Santa Catarina” foi cunhada em 1526, por Sebastião Caboto. A formulação “Nossa Senhora do Desterro”, data de 1675, e é do bandeirante paulista Francisco Dias Velho – o pioneiro da povoação na ilha¹⁶ – e como se pôde observar, embora seja no quesito oficial, ela não é pioneira no “originalidade”.

A segunda (referente ao reconhecimento) revela que a denominação já havia sido questionada antes do período republicano. Na época, sua utilização havia se limitado simplesmente a “Desterro” e surgiram demais proposições com vistas a contestá-la. Além das designações que se inspiravam na geografia da região - como “Baía Dupla”, “Nossa Senhora da Baía Dupla”, “Boa Vista” e “Ponta Alegre” -, houve uma que alcançou certa significância: a expressão “Ondina”. Esta fazia alusão a uma deusa da mitologia escandinava, significando “gênio da águas”. Embora o presidente da província de Santa Catarina, Visconde de Taunay, não a tenha aprovado¹⁷, há indícios de que ao menos em alguns círculos esse título tenha alcançado alguma relevância; assim o era com o grupo de amigos do poeta Cruz e Sousa. No ano de 1890, como remetente em carta endereçada a Araújo Figueiredo, o simbolista prefere esta denominação à oficial.¹⁸

Por sua vez, a reivindicação de Florianópolis (inicialmente grafada sem acento) é construída a partir de pressupostos mais amplos. E a desconsideração destes no contexto republicano pode levar a se adotar conclusões que deixam muito a desejar quando o objetivo não diz respeito apenas a justificar a defesa de uma posição e sim a interpretação histórica para, posteriormente, desenvolver conclusões.

As condições pelas quais foi assentado o regime republicano são um tanto quanto paradoxais. Foi o que levou um pesquisador a defini-la como uma verdadeira “comédia dos absurdos”.¹⁹ Apesar da existência de Clubes e de Partidos Republicanos, não são estes que proclamam a República.²⁰ Esta foi levada a cabo pelos militares, que em sua maioria não se

¹⁵ OLIVEIRA, Maurício. *Chacina em Anhatomirim*. Ilustração de Clóvis Medeiros. Ed. Terceiro Milênio, 1996.

¹⁶ As referências citadas das quais fazem juz os respectivos autores e datas de proposição de topônimos, se encontram em CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op. cit.*, passim p. 22, 25, e 41.

¹⁷ No ano de 1888, na Assembléia Provincial, o deputado Francisco Medeiros propõem essa denominação. Ela é rejeitada, mas volta a ser reivindicada em 1892, pelo deputado Virgílio Várzea. PEIXOTO, Eloy Gallotti (org.). *Florianópolis: homenagem ou humilhação?* Florianópolis: Insular, 1995.

¹⁸ MUZART, Zahide Lupinacci. *Cartas de Cruz e Sousa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1993. p. 36.

¹⁹ BASBAUM, Leôncio. *Op. cit.*, 1976, p. 13.

²⁰ Isto decorre em grande medida ao fato da dificuldade em se mobilizarem dada a sua inconsistência ideológica



identificam nem com a política e muito menos com os ideais republicanos.

Não nos deteremos nos pormenores acerca do início da República, na medida em que isso desviaria o nosso foco principal. Entretanto, expomos, a título de ilustração geral, que a situação com a qual o regime lidava era a de uma aguda crise política. Somar-se-iam ainda a esse quadro a dissolução do Congresso e a renúncia de Deodoro; o questionamento da legitimidade da posse de Floriano (uma vez que ele não cumprira a prerrogativa de realizar novas eleições); a Revolta da Armada; a Revolução Federalista, entre outras.

Em que pese ao exposto, ficava patente a necessidade de se elaborar um sistema para reestruturar o regime político. Mesmo com a citada repressão, esta só fora empregada em caráter excepcional e quando do esgotamento de outros recursos que não apresentaram resultados eficazes à restauração da “ordem”.

No entanto, tanto antes quanto depois da vigência do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, houve a utilização do aparelho ideológico do Estado. Enquanto o primeiro – o aparelho (repressivo) – se exprimia por meio da força, o segundo se dá no âmbito da ideologia. De que outra forma pode prescindir da análise o “[...] instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno, [...] a ideologia, a justificação racional da organização do poder?”²¹ A condição do aparelho repressivo do Estado normalmente só é levada a cabo de maneira ponderada; os aparelhos ideológicos de Estado servem de amparo àquele, na medida em que fundamentam sua legitimação por meio do trabalho de persuasão e distorção que realizam.

A ideologia difundida pelo Estado era aplicada em razão de seu grave problema de instabilidade. Era necessário relevar e amenizar certos fatos, indicando a potencialidade de outros para justificar o regime, sobrepujando qualquer alusão que relembresse o governo precedente. A legitimação era também impulsionada pela desqualificação dos opositores; assim, ao passo que o regime construía para si simbólica e subjetivamente uma nova imagem referenciada nos valores por ele propostos, associava os revoltosos às indesejáveis mazelas do Império.²² Nesse sentido, é expressivo o posicionamento de Felisberto Firmo de Oliveira

e, portanto, falta de coesão de seus participantes: “A idéia que sustentava a todos era simplesmente a *República*. Em tudo o mais, divergiam”. BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República. Das origens a 1889*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega. 1985-86. p. 219.

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 9.

²² Essa prática já havia sido posta pela Revolução Francesa. A adoção de um calendário com novos nomes de meses, além de orientar-se pela própria data da Revolução é, por exemplo, um claro repúdio ao passado político. Este foi certamente um dos expoentes à profunda influência da França aos ideais republicanos brasileiros: “Todas as nossas aspirações, todas as preocupações dos republicanos da propaganda, eram de fato copiadas das



Freire, “republicano histórico” que colaborou no Governo Floriano Peixoto como titular das Relações Exteriores e da Fazenda:

Viu a nação essa amálgama de despeito, essa coligação de todos os ódios equilibrados pela afinidade de todos os egoísmos. Mas o que sobrelevava a ignomínia a todo esse turbilhão de insidiosos desesperos, era o pensamento perverso de fazer essa terra americana, já integrada na democracia, retrogradar à escravidão monárquica e à triste servidão das velhas dinastias [...] Foi então que se deu o espetáculo inolvidável do civismo brasileiro: o sentimento nobilíssimo da nação percorreu de súbito os nervos de indignação; – e desse solo abençoado surgiram espontâneas as legiões vingadoras, que vinham sustentar diante do mundo o culto imorredouro da República.

Com essa expansão da consciência pública viram bem os revoltosos quão inúteis e improfícuas eram as suas maquinações. Foram batidos em toda parte.²³

É no mínimo curiosa a atribuição de uma “consciência pública” a cidadãos recentemente eximidos da condição de súditos, os mesmos que, nos dizeres de Aristide Lobo, haviam assistido “bestializados” à Proclamação, sem entender o que se passava.²⁴ Retomaremos mais adiante algumas considerações sobre a população nesse embate.

A alteração de uma série de símbolos oriundos do Império fazia-se em paralelo à expectativa de que o regime republicano implantaria a tão ensejada modernização na capital catarinense.²⁵ Circulava na época, uma concepção “de superação dos contrastes entre natureza e sociedade”²⁶, que perpassasse o descompasso entre as belezas naturais e a modesta população:

Desde o início do novo regime [...], ia sendo construído um patrimônio, o qual validava determinadas concepções de mundo e perspectivas sociais a partir da valorização de uma cultura política própria dos grupos dominantes.

tradições francesas. (...) A *Marselhesa* era nosso hino de guerra, e sabíamos de cor os episódios da grande revolução. Ao nosso brado ‘Viva a República!’ seguia-se quase sempre o de ‘Viva a França!’”. Depoimento de um oficial da Marinha em *O Paiz*, de 20/11/1912 *apud* CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, 1990. p. 12-13.

²³ FREIRE, Felisberto Firmo de Oliveira. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p.8-9.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.* 1987. p. 68.

²⁵ Uma inferência representativa acerca da relação entre a desqualificação do Império juntamente à da designação de Nossa Senhora do Desterro: “FLORIANOPOLIS – A nossa Capital foi infelizmente núcleo onde os revoltosos gruparam seus elementos, o ponto onde eles estabeleceram a sede do seu caricato e carnavalesco governicho. Desterro é pois um nome fatídico. Ao ouvi-lo os pais escondem seus filhos tímidos e receosos de que o abutre da anarquia os roube para saciar a fome dos bandidos.” *Jornal REPUBLICA*. Estado de Santa Catharina. Florianópolis, 27 de maio de 1894. In: PEIXOTO, Eloy Gallotti (org.). *Florianópolis: homenagem ou humilhação?* Florianópolis: Insular, 1995. p. 51. Nessa época o nome ainda não tinha sido aprovado.

²⁶ CHEREM, Rosângela. *Op. cit.*, p. 86.



[...] estes empreendimentos tratavam de afirmar a eficácia simbólica do Estado republicano, alijando simbologias e representações ligadas a outros grupos ou atores sociais.²⁷

Essa ideologia, implícita na ressignificação simbólica, foi sendo efetuada após a Proclamação por intermédio da requisição da foto oficial do Governador a ser posta nos vários prédios e repartições públicas; com a posse da junta governativa, pela substituição da bandeira imperial pela do “clube republicano”; pela retirada das armas do Império fixadas no frontispício do Palácio do Governo e com a remodelação arquitetônica deste; pela mudança do nome de ruas, praças e locais públicos (da Rua Barão de Batovi para Rua Marechal Gama D’Eça, da Rua Barão de Iguatemi para Rua Almirante Alvim, do Teatro Santa Isabel para Teatro Álvaro de Carvalho)²⁸:

[...] a produção do patrimônio histórico republicano esteve desde seus momentos iniciais delimitada num espaço de lutas, onde se travou a concorrência pelo monopólio do poder e onde interagiram diferentes interesses e composições de forças, tais como entre civis e militares ou republicanos e federalistas. Nesse espaço de procedimentos e práticas reconhecidos como válidos, enquanto outros eram minimizados, desqualificados e sempre que possível ignorados. [...] dentre os componentes simbólicos constantemente divulgados pela imprensa e destinados a ressignificar os sentimentos patrióticos no interior do universo de interesses e personagens que se afirmavam nas disputas, para além dos elementos ritualizados e da criação de novos emblemas, *há que se considerar os argumentos em torno da mudança do próprio nome da capital, delineados como parte do perfil republicano que a pouco se fundara.*²⁹

Após intuir que a designação da capital teve, além da questão da homenagem ao presidente, a característica de constituir o programa político-ideológico de legitimação do regime e “estabilização da ordem”, adentraremos no modo pelo qual a categoria popular foi inserida no seio do debate.

A utilização da voz passiva na oração anterior para se referir à população não foi ocasional. A primeira constatação é a característica da ausência – de forma análoga a tantos outros processos – da participação popular:

O fato de não haver sido a República uma aspiração popular se deve menos

²⁷ *Idem*, p. 102.

²⁸ *Ibidem*, p. 102-103.

²⁹ CHEREM, Rosângela. *Op. cit.*, p.103. Sem grifo no original.



ao amor e respeito pela monarquia do que ao conteúdo vago – para não dizer *vazio* – do programa do Partido [Republicano], que não consultava os interesses populares, não traduzia reivindicações de caráter econômico, não tocava no problema da terra, não se referia ao problema servil.³⁰

Entretanto, mesmo não participando da discussão, o povo é inserido, citado nela. O processo de alteração do nome, como parte da propaganda nacionalista do Estado, se justificava também pela referência ao povo, ao imputar o (inexistente) apoio deste à legitimidade do novo topônimo.

Isso já vinha de 1888, quando o deputado Francisco Medeiros afirmava que “Desterro lembrava desterrado” e propunha “Ondina” pelo fato do nome oficial não contemplar seus habitantes.³¹ À volta da questão em se alterar o nome da capital ressurgiu – não ocasionalmente – quando finda o governo revoltoso. Menos de um mês após as execuções, a 17 de maio de 1894, é exposta a proposição de “Florianópolis” por Genuíno Firmino Vidal Capistrano, no Teatro Santa Isabel.

A tese da participação popular, mediante a representatividade da opinião pública, é defendida, por exemplo, pelo historiador Jali Meirinho:

Contradizendo a história vulgar, que insinua ter sido a mudança de Desterro para Florianópolis feita de maneira arbitrária, contata-se o oposto. Todo o processo vinculou-se a um debate, que envolveu por cinco meses a imprensa, segmentos representativos da sociedade, não só da Capital, mas de todo o Estado, com pronunciamento dos Conselhos Municipais e, finalmente, com a aprovação do Congresso Representativo Estadual.³²

Parece-nos, pelo menos, estranha tal espécie de afirmação. Afinal, a circulação e a vinculação desse debate restrito à imprensa (donde os jornais associavam-se diretamente aos partidos políticos vigentes e não poupavam esforços de difundir seus respectivos programas e atacar os adversários), aos Conselhos Municipais e ao Congresso Representativo (política e ideologicamente constituídos e afortunadamente defensores de seus interesses enquanto classes ou frações de classes) não seria – digamos – um tanto quanto tendenciosa em seus posicionamentos? Ou será que a imprecisão da abstrata e duvidosa categoria de “setores

³⁰ BASBAUM, Leôncio. *Op. Cit.*, 1985-86, p. 216.

³¹ Esse mesmo argumento, alegando que o critério pelo qual a ilha fora batizada era o de contemplar sua inicial função – a de “desterrar” criminosos, por deportação – seria ainda novamente utilizado. Esse, no entanto, é um argumento falso. O nome “Nossa Senhora do Desterro”, era alusivo à figura de Maria, no episódio bíblico da fuga da “Sagrada Família” para o Egito, em decorrência da perseguição dos recém-nascidos por Herodes.

³² MEIRINHO, Jali. O Florianismo e Florianópolis. In: PEIXOTO, Eloy Gallotti. *Op. cit.*, p. 54.



representativos da sociedade” contemplaria harmonicamente as necessidades e a inerências dos antagonismos entre as classes? Talvez o historiador esteja um pouco inadvertido sobre as contradições da democracia representativa na sociedade burguesa. Ou não.

Indicação mais que alusiva à “amplitude do debate travado”, impõe-se no modo cuja proposição apresentada em maio de 1894 aparece noticiada em 2 de outubro do mesmo ano: “A começar de ontem a capital do Estado de Santa Catharina não é Desterro, mas sim Florianópolis”.³³

A categoria popular permaneceu à margem do processo. Iniciativas como o “Comitê Pró-Mudança de Nome da Capital” e o “Movimento Cem anos de Humilhação”, bem como a própria tentativa de se implementar um plebiscito sobre a alteração do topônimo – embasada pela Lei Orgânica do Município – permaneceram restritas e sem força para conquistar o necessário aval popular sobre as propostas envolvidas. O desconhecimento sobre a história, invariavelmente, não repercutiu como estímulo ao pensamento crítico e à reflexão para a maioria, pois, quantitativamente, essa massa sequer teve a possibilidade de se apropriar do porquê desse nome. Simplesmente desconhece o processo e, dessa forma, não reconhece nenhuma ligação consigo e com a identidade da ilha, o que reitera o fato da memória coletiva ter uma importante propriedade de ser manipulável, uma vez que mostra sua eficácia quando utilizada em virtude do que ela efetivamente deixa de fora³⁴:

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. (...) Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.³⁵

As contradições sociais da democracia burguesa se expressaram ciclicamente ao longo desse processo. As respectivas manifestações, cujas revoluções burguesas na América Latina se expressaram simultaneamente às distintas fases do capital, convergiram muito mais no sentido de realizar os desenvolvimentos econômicos do capitalismo – em respeito às classes dominantes – do que se expressar em termos políticos e sociais à maioria da população;

³³ *Jornal REPUBLICA*. Estado de Santa Catharina. Florianópolis, 2 de outubro de 1894. Nº 134. p. 1. Optamos por manter a grafia original.

³⁴GINZBURG, Carlo. No lado negro da história. *Eurozine*. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>>. Acesso em: 13 de setembro de 2007. Entrevista concedida à Trygve Riiser Gundersen.

³⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992. p. 477.



assim, em que pese à concessão de direitos, a revolução burguesa latino-americana se manifesta como uma verdadeira contra-revolução.³⁶ Empiricamente, a questão de denominação da capital catarinense é a expressão dessa forma de sociedade que, com toda sua idealização da garantia dos direitos civis, é insuficiente para possibilitar aos seus “cidadãos” o fundamental direito de tornarem-se conscientes de sua história e de sua inerente condição de agentes e sujeitos históricos.

Fontes e Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

ANDERSON, Perry. Força e consenso. In: SADER, Emir (org.). *Contragolpes*. Seleção de artigos da New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 61-84.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. Das origens a 1889. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega. 1985-86.

_____. *História sincera da República*. De 1889 a 1930. São Paulo: Alfa-Omega. 1976.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHEREM, Rosangela Miranda. A Capital Catarinense e os Labirintos do Início Republicano. In: LINS, Hoyedo Nunes; SANTOS, Mauricio Aurélio dos. *Ensaio sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

FREIRE, Felisberto Firmo de Oliveira. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

GINZBURG, Carlo. No lado negro da história. *Eurozine*. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg-pt.html>>. Acesso em: 13 de setembro de 2007. Entrevista concedida à Trygve Riiser Gundersen.

IANNI, Octavio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

JORNAL REPUBLICA. Estado de Santa Catharina. Florianópolis, 2 de outubro de 1894. nº

³⁶ IANNI, Octavio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 11.



134. p. 1.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

LIMA, Jeferson. Um nome escrito a sangue. *Jornal A Notícia*. Florianópolis. 28 de julho de 2002. Santa Catarina. Caderno AN Capital.

MOELLMANN, Leatrice. *A obra inédita de Carlos de Faria e a Guerrilha Literária em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

MUZART, Zahide Lupinacci. *Cartas de Cruz e Sousa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1993.

OLIVEIRA, Maurício. *Chacina em Anhatomirim*. Ilustração de Clóvis Medeiros. Ed. Terceiro Milênio, 1996.

PEIXOTO, Eloy Gallotti (org.). *Florianópolis: homenagem ou humilhação?* Florianópolis: Insular, 1995.

PIAZZA, Walter. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PORTO, Beatriz; LAGO, Fernanda (orgs.). *É tudo mentira: a história segundo Beto Stodieck*. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 1999.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

